

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 98519fa8-cdf8-4eb8-bf95-7fc41c54a3ef
Protocolo: Processo Requerimento Nº 014588/2024
Data: 10/06/2024 11:26:14
Origem: LSR GONÇALVES COMERCIO DE SERV. EM GERAL LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Contato: LSR GONÇALVES COMERCIO DE SERV. EM GERAL LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA
Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA 10/06/2024 11:26:54	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada



Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

Impugnação ao Pregão Eletrônico Nº 90.071/2024 - UASG: 985867

1 mensagem

Processo Nº:	14588/24
Rubrica	8
Fls:	3

LSR Gonçalves <vendas.lsgoncalves@gmail.com>

7 de junho de 2024 às 20:07

Para: licitacaopmnf@gmail.com

*Impugnação ao Edital**Pregão Eletrônico Nº 90.071/2024**UASG: 985867*

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa(s) especializada(s) em serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos com substituição e fornecimento de peças de reposição, componentes e acessórios novos, com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daqueles produzidos pelos fabricantes (originais ou genuínos), para veículos de porte leve, médio, pesado e máquinas/tratores pertencentes ao Município de Nova Friburgo, pelo período de 1 (um) ano.

À Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

A licitante LSR Gonçalves Comércio e Serviços em Geral LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.036.459/0001-50, vem respeitosamente perante esta Comissão Permanente de Licitação, interpor, esta IMPUGNAÇÃO, acostando para tanto os fundamentos que corrobora tal entendimento.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**DOS FATOS**

Observando o Edital, verificamos que no item Habilitação não exige comprovação que entendemos que são indispensáveis ao tipo de atividade de Oficina Mecânica e suas particularidades, visto que o edital é superficial na descrição de tais exigências, devendo, portanto ser mais específico, para que não reste qualquer dúvida de que este certame está em acordo com os parâmetros legais ao objeto licitado

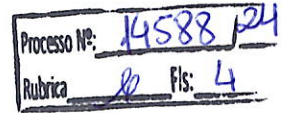
DO DIREITO***Das exigências necessárias na habilitação***

O processo de habilitação é de extrema importância para uma avaliação previa de se o licitante tem as condições exigidas para efetivamente cumprir com sua proposta, ou seja, é o momento em que a Administração pública pode verificar se este candidato atenderá de maneira eficiente e satisfatória a necessidade da Administração Pública, evitando que este assuma um contrato que não conseguirá cumprir, trazendo grande prejuízo para o contratante.

No entendimento de Raul Armando Mendes (1991, pag. 86/87) "a habilitação é uma das fases do processo licitatório em que se avaliam as condições legais dos interessados para se habilitar à execução, fornecimento ou alienação do objeto desejado pela Administração."

Sendo assim, necessário é que todos os documentos relativos à avaliação da capacidade técnica, como atestado de capacidade técnica, entre outros, sejam exigidos nessa fase de forma clara e objetiva. Tendo os documentos

que sege como de fundamental verificação no caso de prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em veículos.



Da Habilitação Técnica

De tal forma, o legislador se preocupou em assegurar que o edital faria menção as qualidades técnicas necessárias para a participação do processo licitatório, de tal forma, que o vencedor seria apto para a prática do objeto contrato, art. 67, da lei 14.133/2021. Nesse sentido ponderamos sobre a necessidade de:

Licença Ambiental do Município Sede da Licitante

É responsabilidade da Administração Pública a proteção ao meio ambiente. Consequentemente, é de sua responsabilidade exigir de seus colaboradores, assim entendidas as empresas que lhe prestarão serviços e que suas atividades sejam de alguma forma, potencialmente poluidoras, o devido licenciamento ambiental.

Quando para a prestação do serviço ou fornecimento de bens, seja exigido da empresa para a sua formalização o licenciamento ambiental por sua potência e lesão ao meio ambiente, deve ser obrigação da Administração Pública observar a regularidade em relação a licença.

A jurisprudência:

Esse também é o entendimento do TCU a respeito da exigência de Licença Ambiental:

4.4 Ora, o art. 9º, inciso IV, da Lei 6.938/81 estabelece o licenciamento ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, sendo da competência dos Estados a regulamentação da matéria, conforme se depreende do dispositivo abaixo reproduzido, da mesma lei:

art. 10 - A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis (Redação dada pela Lei 7.804/89).

4.5 Ainda que cada Estado adote legislação própria sobre o licenciamento ambiental, tal aspecto jurídico da licitante não pode ser desprezado, visto que se a empresa contratada estiver funcionando irregularmente, isso poderá se refletir em obstáculos na execução do objeto contratado, inclusive com prejuízos aos cofres públicos, por inadimplência contratual.

4.6 Ademais, além da prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, nos termos do artigo 30, inciso IV, da Lei 8.666/1993, a exigência de licenciamento ambiental também encontra fundamento no artigo 28, inciso V, segunda parte, do mesmo normativo, que versa sobre a documentação relativa à 'autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir'.

4.7 Das análises precedentes, verificamos que assiste razão à Representante no que diz respeito à necessidade de observância à legislação relacionada ao Meio Ambiente na condução de processos licitatórios, consoante arts. 28, V, e 30, IV, da Lei 8.666/93. (GRUPO I - CLASSE VII - Plenário TC-031.861/2008- 0) Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0247-07/09-P. Data: 18/02/09

Ainda o Grupo II, CLASSE I, Segunda Câmara TC 037.311/2011-5, apresenta a seguinte linha de pensamento:

4. Nesse particular, tem-se que a norma a ser aplicada ao caso concreto não se limita à Lei 8.666/1993, seus princípios e valores constitucionais do art. 37 da Carta Política. O operador do direito deve valer-se do regramento da área própria da licitação. Por exemplo, quando se realiza certame para a área de custeio da saúde ou da educação um importante valor a ser preservado pela licitação é a universalização do atendimento, ou seja,

o fator custo, sem se descuidar da qualidade, é ponto sensível que irá permitir que o Estado assista a uma quantidade maior de pessoas.

5. Por outro lado, se o objeto da contratação são obras de engenharia, a durabilidade e a técnica construtiva, ao lado da preservação ambiental, direito fundamental de terceira geração, são relevantes na avaliação das propostas.

6. Nos últimos tempos têm sido frequentes os debates envolvendo sustentabilidade e licenciamento ambiental. Os governos estão sendo cada vez mais demandados para que realizem contratações sustentáveis, ao mesmo tempo em que obras públicas estão sendo paralisadas por falha ou falta do licenciamento ambiental.

7. Apenas a título de exemplo, acerca da preocupação ambiental, podem ser citados o Decreto 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI nº 1/2010 como legislação produzida em resposta à demanda para que se respeite o meio ambiente. O mencionado decreto, em seu inciso VII do art. 4º, fixa como uma diretriz da sustentabilidade a origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras. A relevância do tema pode ser confirmada por intermédio de visita ao sítio http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/?page_id=112. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está fomentando nova postura nas licitações, mantendo informações sobre eventos, legislação e licitações planejadas com base na sustentabilidade.

8. A posição administrativa do TCU é anterior à legislação indicada no parágrafo anterior. Em 30/4/2008, foi aprovada a Portaria TCU 107 com a instituição do Projeto TCU Ecologicamente Correto. Em destaque a seguinte oportunidade: "f) Oportunidade: o poder de compra e contratação do Estado e seu papel na orientação dos agentes econômicos quanto aos padrões de produção e consumo de produtos e serviços ambientalmente sustentáveis e estímulo à inovação tecnológica" (negrito inexistente no original). Antes disso a Portaria TCU 258/2005 já enfrentava as questões relacionadas à sustentabilidade.

9. Na seara das contas anuais, o Relatório que acompanha o Acórdão 691/2013 - TCU - 2ª Câmara (TC 021.019/2011-0) oferta a seguinte avaliação:

215. RECOMENDAÇÃO DO CONTROLE INTERNO: "Recomendação 1: Adote procedimentos administrativos com vistas a criar grupo de trabalho, com a participação da assessoria jurídica da Unidade, para estudar e propor formas de inserção dos critérios de sustentabilidade ambiental nas futuras aquisições de bens e serviços; Recomendação 2: Inclua, nos futuros editais, cláusula que estabeleça critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento aos artigos 1º e 5º, incisos I a IV da IN-SLTI n. 1/2010".

216. PARECER TÉCNICO: No Relatório de Gestão a entidade deveria apresentar, por meio do Quadro 137, a avaliação objetiva acerca da aderência da UJ em relação à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a Instrução Normativa-SLTI/MPOG n. 1, de 19 de janeiro de 2010.

217. Como é notório, cada vez mais a sociedade participa (e exige a participação) de movimentos em prol da sustentabilidade ambiental. E a Administração Pública não pode, nem deve, deixar de inserir esse tipo de critério para escolha das aquisições a serem realizadas ou dos serviços a serem contratados. Nesse sentido, as chamadas licitações sustentáveis constituem importante instrumento a ser adotado pelas entidades públicas para, utilizando seu significativo poder de compra, induzir o setor produtivo a adotar processos de produção ambientalmente mais sustentáveis.

218. É importante destacar que a realização desse tipo de licitação tem pleno amparo normativo, a começar da própria Constituição Federal (arts. 170, inciso VI, e 225), passando por Acordos Internacionais (Agenda 21), Leis Ordinárias (Política Nacional de Mudança do Clima-Lei 12.187/2009, Política Nacional de Resíduos Sólidos-Lei 12.305/2010), cabendo registrar que a própria Lei 8.666/1993, com a alteração promovida pela Lei 12.349/2010, fez constar explicitamente do seu art. 3º que um dos objetivos da licitação é a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

219. O Tribunal, atento a essa questão, avaliou, por meio de Auditoria Operacional realizada pela Secex-8, as ações da Administração Pública Federal, resultando no Acórdão 1.752/2011-TCU-Plenário, sendo uma das conclusões da Unidade Técnica abaixo transcrita:

257. Verifica-se, portanto, que existe um desperdício do potencial de economia e sustentabilidade no consumo e no gasto da Administração Pública. Os resultados são mais esporádicos e isolados, não alcançando o potencial global existente, pois dependem muito mais de ações pessoais de cada gestor do que de uma agenda institucionalizada de Governo. A auditoria constatou que existem ações isoladas que representam boas práticas, mas elas ainda não têm se multiplicado em todo o Governo. Portanto, apesar do compromisso brasileiro de atuar pela sustentabilidade, essa missão não tem sido desempenhada a contento dentro da própria Administração Pública, o que demonstra uma dissociação entre o discurso e a prática (**negrito inexistente no original**). Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6047-29/15-2. DATA: 25/08/2015.

Sendo a Oficina Mecânica reconhecidamente um potencial poluidor, devido aos resíduos que precisa descartar, ainda na referida execução dos serviços existem troca de óleo, retífica de motores, lavagem de veículos, entre outros entre outros serviços potencialmente poluidores. Uma das exigências fundamentais para a sua atividade é a Licença Ambiental. E sendo a Administração Pública, em todas as suas esferas, devedora da proteção ao meio ambiente, não pode se abster de exigir, em seus certames para aquisição de bens ou serviços, de Licença Ambiental Municipal em sede de habilitação ao processo.

Do Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal - CTF/APP IBAMA

Tal cadastro se baseia na Resolução Conama nº 352, de 23/06/2055, tendo em vista que serviços de retificação de motores também fazem parte dos serviços a serem prestados na referida contratação, sendo tal atividade considerada pela referida Resolução, como potencialmente poluidora, em virtude da possibilidade de geração de efluentes por realizarem operações de coleta de fluidos e banhos químicos e de resíduos referente a óleo lubrificantes usado ou contaminado.

A Licença Ambiental do Município e o Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal - CTF/APP IBAMA não trata de exigências excludentes, e sim de uma exigência extremamente necessária, uma vez que a vencedora do certame, para prestar os serviços contratados demandará, no seu processo, resíduos que deverão ser devidamente descartados conforme prevê a legislação ambiental. E para a certeza que atenderá de forma eficiente ao que determina as leis ambientais, o ideal é, já na habilitação, averiguar sua regularidade no que concerne ao Licenciamento Ambiental do Município da Licitante e registro do Certificado de Regularidade do IBAMA.

Do Registro no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)

A exigência acima é necessária para garantir que o licitante esteja tecnicamente habilitado, uma vez que quaisquer dúvidas sobre os mesmos, a qualquer tempo é permitido a diligência aos órgãos competentes.

Informamos que o pedido está em total harmonia com as leis que regem o processo licitatório, incluindo a concordância de que as exigências que restrinjam a competição devem ser afastadas pela Administração Pública.

Por conseguinte, ao exigir o profissional Técnico em Mecânica e Eletromecânica, bem como a Certidão de registro no órgão competente CFT, a Administração procura zelar pelo patrimônio público, e a qualidade dos serviços prestados, exercendo em sua plenitude, o dever e a responsabilidade funcional do Gestor Público, lembrando que se trata de veículos da Administração Pública. Agindo assim, tenta-se minimizar a possibilidade da contratação de empresa inapta à prestação dos serviços.

Não há no que se falar em restrição à competitividade do certame uma vez que os serviços são de natureza técnica, envolvem equipamentos elétricos e mecânicos.

Neste compasso, a fim de se traçar o critério objetivo de julgamento é que se tipifica os ramos que a empresa necessita ser habilitada, bem como o profissional técnico para que a Administração contrate com empresa estabelecida legalmente no seu ramo de atividade em compatibilidade com o objeto contratual.

Ocorre que o objeto licitado encontra dentro das atribuições, que podem ser desempenhadas por Técnicos em mecânica e eletromecânica. RESOLUÇÃO Nº 121, de 14 de dezembro de 2020. Disciplina e orienta as prerrogativas e atribuições dos Técnicos Industriais com habilitação em mecânica e eletromecânica. Neste sentido, a resolução define:

Art. 3º Nos termos da legislação em vigor, desde que compatíveis com a sua formação fica assegurado ao profissional Técnico em Eletromecânica as seguintes competências:

I - Elaborar desenhos técnicos de máquinas, equipamentos de acordo com as normas técnicas;

II - Auxiliar na especificação de componentes eletromecânicos de projeto;

III - correlacionar as propriedades e características das máquinas, instrumentos e equipamentos com suas aplicações;

IV - Comissionar máquinas e equipamentos;

V - Coordenar e desenvolver equipes de trabalho que atuam na instalação, na produção e na manutenção;

VI - Aplicar normas técnicas de qualidade, saúde e segurança no trabalho no processo industrial;

VII - aplicar técnicas de medição e ensaios visando à melhoria da qualidade de produtos e serviços;

VIII - Interpretar desenhos técnicos mecânicos, normas, dados e informações de textos técnicos;

IX - Avaliar as características e as propriedades dos materiais, insumos e elementos de máquinas, correlacionando-as com seus fundamentos matemáticos físicos e químicos para a aplicação nos processos de controle de qualidade;

X - Participar do projeto, planejamento, supervisão e controle das atividades de produção industrial e processos de fabricação;

XI - Montar sistemas elétricos e mecânicos de máquinas e equipamentos, de acordo com normas técnicas, de saúde e segurança e ambientais vigentes;(...)

Destaca-se assim necessidade que os serviços a serem executados, cuja natureza técnica é evidente a possibilidade de necessidade de conhecimento técnico profissional comprovado e ainda trata de patrimônio público, sendo necessárias todas as medidas que possam mitigar os possíveis prejuízos ao erário.

Certificado de Aprovação junto ao Corpo de bombeiros do Estado Sede da Licitante

Entre as atribuições do Corpo de Bombeiros são de fiscalizar dentre outras, as atividades de prevenção, controle e perícia de incêndio e sinistros, ainda elaborar e encaminhar, através de seus órgãos técnicos normas reguladoras de projetos de Lei referentes à segurança contra incêndio e pânico e a prevenção de sinistros e calamidade pública em todo o seu Estado. Tão importante é a importância da prevenção de incêndios que a legislação traz com atribuição do Corpo de Bombeiro do Estado a fiscalização das atividades de prevenção, controle e perícia de incêndio, inclusive instituir normas reguladoras e projetos de Lei para segurança contra incêndios.

Nesse contexto, a vistoria na edificação deverá ser solicitada ao Corpo de Bombeiro para a obtenção do documento de Regularidade.

Evidente que a regularidade junto ao Corpo de Bombeiros, está pensando que a Oficina vencedora do processo licitatório cuidará de bens públicos dentro de seu prédio, podendo ser danificado ou até mesmo passar por um sinistro de perda total, caso haja incêndio, e o prédio não esteja preparado como deveria para prevenir ou sanar um possível incêndio e suas consequências.

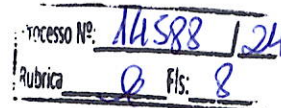
Não se trata de bens de terceiros, se trata sim de bens públicos, de responsabilidade da Administração Pública e, portanto, não se pode deixar de buscar todo amparo necessário a sua proteção. Lembrando ainda que a

Processo Nº:	14588 / 24
Rubrica	Fls: 7

responsabilidade é da Administração Pública de buscar contratações que estejam em total alinhamento com a legislação pertinente.

Sabendo que a empresa vencedora prestará serviços preventivos e corretivos em bens públicos, é de extrema importância a total consonância desta com as regras vigentes, para evitar prejuízos futuros à Administração Pública.

Sendo o melhor entendimento a exigência de Certificado de Aprovação junto ao Corpo de Bombeiro para a habilitação no processo licitatório. Requer a alteração no edital, para incluir a apresentação o Certificado de Aprovação junto ao Corpo de Bombeiro Militar do Estado sede da licitante.



Alvará de Funcionamento vigente do Município Sede da Licitante

Apresentação para comprovação que a empresa está com seu Alvará vigente principalmente para comprovação que a empresa exerce as atividades dentro do objeto licitado.

DOS PEDIDOS

Pelo exposto requer, que se digne o Pregoeiro a dar provimento a Impugnação, concedendo os presentes pedidos, não permitindo a realização do certame sem antes estabelecer as alterações das condições e modificações necessárias a fim de preservar a legalidade, isonomia, competitividade de conformidade com as leis de contratações públicas,

Nestes termos em que, pede e espera deferimento.

LSR Gonçalves Comércio e Serviços em Geral LTDA

CNPJ: 14.036.459/0001-50

33.8.0165700-5

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nome

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

LSR GONÇALVES COMERCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

Código Ato

Eventos

002

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
046	1	Alteração / Transformação
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR EDSON PINHEIRO GOMES JUNIOR SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
33212139701	14.036.459/0001-50	Rua HENRIQUE LAJE 537	Papucaia	Cachoeiras de Macacu	RJ
00005023283	14.036.459/0001-50	Rua HENRIQUE LAJE 537	Papucaia	Cachoeiras de Macacu	RJ
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX



Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Deferido em 29/07/2022 e arquivado em 29/07/2022

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

11

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: LSR GONÇALVES COMERCIO E SERVICOS EM GERAL ME

Nome Novo: LSR GONÇALVES COMERCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

NIRE: 338.0165700-5 Protocolo: 00-2022/597950-0 Data do protocolo: 27/07/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 29/07/2022 SOB O NÚMERO 33212139701, 00005023283 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 106F5DF0A75B904F223197A0763593FBB53A61099AACB041F46A22FCF9A8ACAC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.


Pag. 01/11



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.8.0165700-5

Tipo Jurídico

Requerimento de empresário

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

00-2022/597950-0

JUCERJA

Último arquivamento:

00002676424 - 25/09/2014

NIRE: 33.8.0165700-5

LSR GONCALVES COMERCIO E SERVICOS EM GERAL ME

Boleto(s): 104117787

Hash: DCA1D8CB-DDDB-4C78-B2F6-4C38258EB64F

Orgão	Calculado	Pago
Junta	656,00	656,00
DREI	0,00	0,00

Processo Nº: 14888/24
Rubrica: 8
Fls: 10
27/07/2022 11:13:08

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

LSR GONCALVES COMERCIO E SERVICOS EM GERAL ME

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
046	1	Alteração / Transformação
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Requerente

Rio de Janeiro

Local

27/07/2022

Data

Nome:	Genecy da Silva Araujo
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2126494191
E-mail:	genecy.cont@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	27/07/2022
Data da 1ª entrada:	



00-2022/597950-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: LSR GONCALVES COMERCIO E SERVICOS EM GERAL ME

Nome Novo: LSR GONCALVES COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA

NIRE: 338.0165700-5 Protocolo: 00-2022/597950-0 Data do protocolo: 27/07/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 29/07/2022 SOB O NÚMERO 33212139701, 00005023283 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 106F5DF0A75B904F223197A0763593FBB53A61099AACB041F46A22FCF9A8ACAC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/11

Contrato Social por Transformação de Empresário
LSR GONÇALVES COMERCIO E SERVIÇOS EM GERAL
CNPJ: 14.036.459/0001-50

LEONARDO SOUZA RUBIM GONÇALVES, brasileiro, empresário, solteiro, natural do estado do Rio de Janeiro, nascida em 16 de julho de 1988, portador da carteira de identidade 21.010.019-4, expedida pelo DICIRJ., CPF nº 131.389.467-20, filho de Gilson dos Santos Gonçalves e de Marleti Souza Rubim Gonçalves, residente e domiciliado na Rua Henrique Lage, nº 549, Papucaia, Cachoeiras de Macacu/RJ., CEP: 28.695-000, sua empresa com sede na Rua Henrique Lage, nº 537, Papucaia, Cachoeiras de Macacu/RJ., CEP: 28.695-000, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE nº 3380165700-5 e no CNPJ sob nº 14.036.459/0001-50, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/08, ora transforma seu registro de EMPRESÁRIO em SOCIEDADE EMPRESÁRIA, passando a constituir o tipo jurídico SOCIEDADE LIMITADA, devido à ausência de inclusão do segundo sócio, decide-se permanecer com a sociedade formado por um único sócio, nos termos de parágrafo único, do artigo 1052, do código a qual se regerá, doravante, pelo presente CONTRATO SOCIAL:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A empresa girará sob o nome empresarial "**LSR GONÇALVES COMERCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA**", e terá sede e domicílio na Rua Henrique Lage, nº 537, Papucaia, Cachoeiras de Macacu/RJ., CEP: 28.695-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto da sociedade será: - transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; -agências de publicidade; - aluguel de andaimes; - aluguel de máquinas e equipamentos para

Rua Reginaldo José da Silva, nº 21, - Lojas 01 e 02 - Gaguri de Cima
Cachoeiras de Macacu/RJ., Cep.: 28.680-000 - Tel: (21) 2649-4191
E-mail: genecy.cont@hotmail.com

Pag: 1 de 8

construção sem operador, exceto andaimes; - aluguel de máquinas e equipamentos para escritório; - aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes; - atividades de limpeza não especificadas anteriormente; - atividades de sonorização e de iluminação; - atividades paisagísticas; - atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; - coleta de resíduos não-perigosos; - comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; - comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; - comércio varejista de artigos de papelaria; - comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem; - comércio varejista de ferragens e ferramentas; - comércio varejista de materiais de construção em geral; - comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente; - comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; - comércio varejista de móveis; - comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; - comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; - comércio varejista de produtos saneantes domissanitários; - comércio varejista de vidros; - comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; - comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; - comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios; - construção de instalações esportivas e recreativas; - demolição de edifícios e outras estruturas; - distribuição de água por caminhões; - edição de jornais diários; - fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias; - fabricação de esquadrias de metal; - fabricação de outros artigos de carpintaria para construção; - gestão de redes de esgoto; - gestão e administração da propriedade imobiliária; - impressão de jornais; - impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas; - impressão de material para uso publicitário; - imunização e controle de pragas urbanas; - instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente; - instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material; - instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração; - instalação e manutenção elétrica; - instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; - limpeza em prédios e em domicílios; - locação de automóveis sem condutor; - manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos; - marketing direto; - montagem de estruturas metálicas; - montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; - obras de acabamento em gesso e estuque; - obras de alvenaria; obras de terraplenagem; - obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; operadores turísticos; - organização logística do transporte de carga; - outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente; - outras obras de acabamento da construção; - pesquisas de mercado e de opinião pública; - pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos; - promoção de vendas; - serviço

Rua Reginaldo Jose da Silva, nº 21, - Lojas 01 e 02 - Gaguri de Cima
Cachoeiras de Macacu/RJ., Cep.: 28.680-000 - Tel: (21) 2649-4191
E-mail: genecy.cont@hotmail.com

Pag: 2 de 8

de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista; - serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; - serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; - serviços de pintura de edifícios em geral; - serviços de reboque de veículos; - serviços de reservas e outros; serviços de turismo não especificados anteriormente; - transporte escolar; - transporte rodoviário de mudanças; - Casas lotéricas; - Restauração e conservação de lugares e prédios históricos; - Agências de viagens; - Gestão e manutenção de cemitérios; - Perfuração e construção de poços de água; - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico hospitalar; partes e peças; - Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras.

Classificação das Atividades Econômicas:

- 4929901** - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal.
- 7311400** - Agências de publicidade.
- 7732202** - Aluguel de andaimes.
- 7732201** - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.
- 7733100** - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório.
- 7739003** - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes.
- 8129000** - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente.
- 9001906** - Atividades de sonorização e de iluminação.
- 8130300** - Atividades paisagísticas.
- 3702900** - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes.
- 3811400** - Coleta de resíduos não-perigosos.
- 4530703** - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.
- 4645101** - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.
- 4761003** - Comércio varejista de artigos de papelaria.
- 4789008** - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem.
- 4744001** - Comércio varejista de ferragens e ferramentas.
- 4744099** - Comércio varejista de materiais de construção em geral.
- 4744005** - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente.
- 4712100** - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.

Rua Reginaldo Jose da Silva, nº 21, - Lojas 01 e 02 - Gaguri de Cima
Cachoeiras de Macacu/RJ., Cep.: 28.660-000 - Tel: (21) 2649-4191
E-mail: genecy.cont@hotmaill.com

Pag: 3 de 8

- 4754701 - Comércio varejista de móveis.
- 4789099 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente.
- 4729699 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente.
- 4789005 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários.
- 4743100 - Comércio varejista de vidros.
- 4753900 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo.
- 4751201 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.
- 4756300 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios.
- 4299501 - Construção de instalações esportivas e recreativas.
- 4311801 - Demolição de edifícios e outras estruturas.
- 3600602 - Distribuição de água por caminhões.
- 5812301 - Edição de jornais diários.
- 2542000 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias.
- 2512800 - Fabricação de esquadrias de metal.
- 1622699 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção.
- 3701100 - Gestão de redes de esgoto.
- 6822600 - Gestão e administração da propriedade imobiliária.
- 1811301 - Impressão de jornais.
- 1811302 - Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas.
- 1813001 - Impressão de material para uso publicitário.
- 8122200 - Imunização e controle de pragas urbanas.
- 3329599 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente.
- 4330402 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material.
- 4322302 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração.
- 4321500 - Instalação e manutenção elétrica.
- 4322301 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás.
- 8121400 - Limpeza em prédios e em domicílios.
- 7711000 - Locação de automóveis sem condutor.
- 3313901 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos.

Rua Reginaldo Jose da Silva, nº 21, - Lojas 01 e 02 - Gaguri de Cima
Cachoeiras de Macacu/RJ., Cep.: 28.680-000 - Tel: (21) 2649-4191
E-mail: genecy.cont@hotmail.com

Pag. 4 de 8

- 7319003 - Marketing direto.
- 4292801 - Montagem de estruturas metálicas.
- 4329104 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos.
- 4330403 - Obras de acabamento em gesso e estuque.
- 4399103 - Obras de alvenaria.
- 4313400 - Obras de terraplenagem.
- 4213800 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas.
- 7912100 - Operadores turísticos.
- 5250804 - Organização logística do transporte de carga.
- 7319099 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente.
- 4330499 - Outras obras de acabamento da construção.
- 7320300 - Pesquisas de mercado e de opinião pública.
- 4211102 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos.
- 7319002 - Promoção de vendas.
- 4923002 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista.
- 4520005 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores.
- 4520001 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores.
- 4330404 - Serviços de pintura de edifícios em geral.
- 5229002 - Serviços de reboque de veículos.
- 7990200 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente.
- 4924800 - Transporte escolar.
- 4930204 - Transporte rodoviário de mudanças.
- 8299706 - Casas lotéricas.
- 9102302 - Restauração e conservação de lugares e prédios históricos.
- 7911200 - Agências de viagens.
- 9603301 - Gestão e manutenção de cemitérios.
- 4399105 - Perfuração e construção de poços de água.
- 4664800 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto médico hospitalar; partes e peças.
- 2391503 - Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras.

Rua Reginaldo Jose da Silva, nº 21, - Lojas 01 e 02 - Gaguri de Cima
Cachoeiras de Macacu/RJ., Cep.: 28.680-000 - Tel: (21) 2649-4191
E-mail: genecy.cont@hotmail.com

Pag: 5 de 8

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), divididos em 250.000 (duzentos e cinquenta mil quotas) no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas neste ato em moeda corrente do País, distribuindo-se da seguinte forma:

a) LEONARDO SOUZA RUBIM GONÇALVES subscreve 250.000 (duzentos e cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 cada, perfazendo o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), totalizando 100% (cem por cento) do valor da participação do capital social da empresa.

Sócios	%	Quotas	Total
Leonardo Souza Rubim Gonçalves	100%	250.000	R\$ 250.000,00
TOTAL	100%	250.0000	R\$ 250.000,00

CLÁUSULA QUARTA: Que a administração da sociedade será exercida pela sócio LEONARDO SOUZA RUBIM GONÇALVES, respondendo pela empresa, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele, em conjunto ou individual, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA QUINTA: Que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA: O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SETIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas no todo ou em parte a terceiros, sem expresse consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Primeiro: No caso de uns dos sócios desejar retirar-se da sociedade, no todo ou em parte, deverá notificar o outro, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e seus haveres lhe serão reembolsados dentro da modalidade e acordo firmado na época.

Rua Reginaldo Jose da Silva, nº 21, - Lojas 01 e 02 - Gaguri de Cima
Cachoeiras de Macacu/RJ., Cep.: 28.680-000 - Tel: (21) 2649-4191
E-mail: genecy.cont@hotmail.com



Pag: 6 de 8

Parágrafo Segundo: A admissão de novos sócios, em caso de um dos sócios desejar negociar parte de sua participação no capital da sociedade, só se dará após a observação do parágrafo primeiro desta cláusula e haver concordância da sociedade para o novo sócio a ser admitido.

Parágrafo Terceiro: Observados os parágrafos anteriores desta cláusula, sem prejuízos para a sociedade, poderá ser admitido na sociedade, a participação de sócios, a saber: Pessoas Físicas ou Jurídicas, assumindo os mesmos todas as responsabilidades e obrigações da cláusula quinta na proporção da importância a que tiverem no capital social da sociedade

CLÁUSULA OITAVA: Que a sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do país, se assim, em conjunto, decidirem os sócios em conjunto, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA NONA: Que o exercício social coincidirá com o ano civil. Ao término de cada exercício, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração das demonstrações financeiras, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA: Em caso de morte de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida e continuará sendo gerida pelo sócio remanescente ou pelos herdeiros. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, os valores de seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da sociedade. O mesmo procedimento será adotado em qualquer dos casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da sociedade, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Que os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão incurso em quaisquer crimes previstos em lei ou restrições legais, que possam impedi-los de exercer atividade empresarial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As partes elegem o foro de Cachoeiras de Macacu para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, sendo que os administradores renunciam a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Rua Reginaldo Jose da Silva, nº 21, - Lojas 01 e 02 - Gaguri de Cima
Cachoeiras de Macacu/RJ., Cep.: 28.680-000 - Tel: (21) 2649-4191
E-mail: genecy.cont@hotmail.com

Pag: 7 de 8

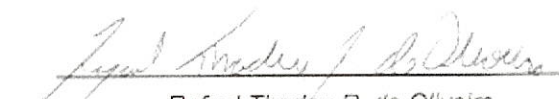
E por estarem assim justos e contratados, em perfeito acordo de tudo o que neste instrumento particular foi lavrado, as partes obrigam-se a cumprir na sua totalidade o presente contrato, assinando-a na presença de duas testemunhas abaixo-assinados, em uma via, ficando esta arquivada e registrada na JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro para que possa produzir os devidos efeitos legais.

Cachoeiras de Macacu/RJ, 07 de julho de 2022.


Leonardo Souza Rubim Gonçalves
Sócio

Testemunhas:


Genecy da Silva Araújo
CPF nº 019.137.747-32
RG nº 08.953.683-3 IFP/RJ


Rafael Thadeu R. de Oliveira
CPF nº 160.065.397-99
RG nº 24.877.650-2 Detran/RJ

Rua Reginaldo Jose da Silva, nº 21, - Lojas 01 e 02 - Gaguri de Cima
Cachoeiras de Macacu/RJ., Cep.: 28.680-000 - Tel: (21) 2649-4191
E-mail: genecy.cont@hotmail.com

Pag. 8 de 8



JUCEERJA

Processo Nº: 14588/24
Rubrica: 6 Fls: 19

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA LSR GONCALVES COMERCIO E SERVICOS EM GERAL ME, NIRE

33.8.0165700-5, PROTOCOLO 00-2022/597950-0, ARQUIVADO EM 29/07/2022, SOB O

NÚMERO (S) 33212139701 (DEMAIS CONSTANTES NA CAPA), FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
019.137.747-32	GENECY DA SILVA ARAUJO

29 de julho de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: LSR GONCALVES COMERCIO E SERVICOS EM GERAL ME

Nome Novo: LSR GONÇALVES COMERCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

NIRE: 338.0165700-5 Protocolo: 00-2022/597950-0 Data do protocolo: 27/07/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 29/07/2022 SOB O NÚMERO 33212139701, 00005023283 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 106F5DF0A75B904F223197A0763593FBB53A61099AACB041F46A22FCF9A8ACAC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCEERJA
assinado digitalmente

Pag. 11/11

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RJ

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2295682492

LEONARDO SOUZA RUBIM GONCALVES

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF
210100194 DIC RJ

CPF
131.389.467-20

DATA NASCIMENTO
16/07/1988

FILIAÇÃO
GILSON DOS SANTOS GONCALVES

MARLETI SOUZA RUBIM GONCALVES

PERMISSÃO
[]

ACC
[]

CAT. HAB.
D

Nº REGISTRO
05115964634

VALIDADE
01/07/2031

1ª HABILITAÇÃO
04/01/2011

OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR
[assinatura]

LOCAL
CACHOEIRAS DE MACACU, RJ

DATA EMISSÃO
11/02/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

15419586146
RJ285667939

RIO DE JANEIRO

DENATRAN **CONTRAN**

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.071/2024

Processo Licitatório nº: 2.898/2023

Processo de Impugnação nº: 14.588/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa(s) especializada(s) em serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos com substituição e fornecimento de peças de reposição, componentes e acessórios novos, com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daqueles produzidos pelos fabricantes (originais ou genuínos), para veículos de porte leve, médio, pesado e máquinas/tratores pertencentes ao Município de Nova Friburgo, pelo período de 1 (um) ano.

IMPUGNANTE: LSR GONÇALVES COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa LSR GONÇALVES COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.071/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de janeiro de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Comissão de Pregão I

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, alega a impugnante que haveria a necessidade de incluir no edital a exigência dos seguintes documentos: Licença Ambiental do Município Sede da Licitante, Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal - CTF/APP IBAMA, Registro no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Certificado de Aprovação junto ao Corpo de bombeiros do Estado Sede da Licitante e Alvará de Funcionamento vigente do Município Sede da Licitante.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Pelo exposto requer, que se digne o Pregoeiro a dar provimento a Impugnação, concedendo os presentes pedidos, não permitindo a realização do certame sem antes estabelecer as alterações das condições e modificações necessárias a fim de preservar a legalidade, isonomia, competitividade de conformidade com as leis de contratações públicas.

IV. DO MÉRITO

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 14.588/2024

RUBRICA: ap. FOLHA: 23

Comissão de Pregão I

Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 25/06/2024 às 10 horas e, caso seja necessário, será suspenso *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 10 de junho de 2024.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO: 14588 /24

RUBRICA: [assinatura] FOLHA: 24

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 17 de junho de 2024

Para: Procuradoria

Prezados Senhores,

Cumprimentando-o cordialmente, trata-se de pedido de impugnação impetrado pela empresa LSR GONÇALVES COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA., em relação ao edital 90.071/24, cujo o objeto objetiva-se em futura e eventual a contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos com substituição e fornecimento de peças de reposição, componentes e acessórios novos, com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daqueles produzidos pelos fabricantes (originais ou genuínas), para veículos de porte leve, médio, pesado e máquinas/tratores pertencentes ao Município de Nova Friburgo.

A empresa recorrente, em síntese, questiona em sua fundamentação, que o edital é superficial quanto as exigências de algumas habilitações, que seriam indispensáveis para a atividade de oficina mecânica, alegando ainda que o edital é superficial em tais exigências.

Cumpre esclarecer que trata-se de pedido tempestivo, que passamos a análise, de acordo com cada tópico apresentado em seu pedido de impugnação.

1. Licença Ambiental do Município Sede da Licitante:

A impugnante em sua manifestação alega:

“É responsabilidade da administração pública a proteção ao Meio Ambiente. Consequentemente, é de sua responsabilidade exigir de seus colaboradores, assim entendidas empresas que lhe prestarão serviços e que suas atividades sejam de alguma forma, potencialmente poluidoras, o devido **licenciamento ambiental**.” (grifo nosso)



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO: 14508 /24

RUBRICA: *[assinatura]* FOLHA: 25

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nesse sentido, é importante frisar, que administração municipal se cercou de inúmeros cuidados, quanto as questões de sustentabilidade e manejo no presente objeto, em serviços potencialmente poluidores, conforme pode ser conferido no item 4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**, mais especificamente no subitem 4.11.1, onde há todo um regramento sobre as condições de sustentabilidade, que a empresa vencedora do presente objeto deverá seguir, como requisito para fixar contrato com a administração municipal.

Todavia, em pesquisa sobre o tema, de usar como critério de **HABILITAÇÃO** para futuras as licitantes, entendemos não caber razão a impugnante, o que não isenta a administração municipal de alteração pontual no Termo de Referência em relação ao licenciamento ambiental.

Sendo assim, optamos por incluir no item 7 **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**, mais especificamente o subitem 7.4.1.1 a seguinte redação:

Por se tratar de atividade potencialmente poluidora, além das documentações exigidas no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, a empresa deverá apresentar Licença ambiental de operação válida quando exigida pela Lei nº 6938/81, para atividade de manutenção, mecânica, pintura e lavagem de veículos automotores, nos moldes do Decreto Estadual nº 46.890/2019 e demais legislações ambientais pertinentes.

Entendemos que desta forma, a administração faz com que o colaborador cumpra com as normas de meio ambiente, sendo uma medida mais equilibrada do que exigir como documentação de habilitação.

2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE JUNTO AO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL – CTF/APP IBAMA

Sob esse aspecto, conforme já narrado, no item do presente parecer a administração já se cercou de cuidados, quanto aos critérios e normas de sustentabilidades, entendemos que as modificações feitas dentro do eixo, já trazem segurança jurídica e técnica suficiente, esgotando assim qualquer outra modificação no Termo de Referência sobre o tema.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 14588 /24

RUBRICA: X FOLHA: 26

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

3. DO REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS (CRT) OU CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA)

Sobre este tema, embora o Termo de Referencia no subitem 8.12.3.1 apresente a seguinte redação:

*“Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo **conselho profissional competente**, quando for o caso.” (grifo nosso)*

Em uma melhor análise, e em consulta a editais similares de diversos outros órgãos, dos mais diversos entes federativos da união, entendemos que assiste razão a impugnante, e resolvemos acrescentar como critério de habilitação o registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), acrescento o subitem 8.12.3.2 com a seguinte redação:

Para a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL, A CONTRATADA para prestar os serviços do presente objeto** deverá proceder com a indicação de profissional responsável técnico da área de Engenharia, devidamente registrado no Conselho profissional competente (CREA), na forma do inciso I art. 67 Lei nº 14.133/21, para fins de contratação

4. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO SEDE DA LICITANTE E ALVARÁ

O EDITAL, nos itens 15, 16 e 17 faz menção as certidões necessárias para habilitação, bem como as certidões exigidas para pagamentos de notas fiscais de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023 e disposto no item 7, bem como todas as demais exigências, já contemplam, s.m.j., o pleiteado pela empresa em suas alegações sobre este tópico, não assistindo, portanto, razão a impugnante.

Sendo assim, opina essa subsecretaria pelo provimento parcial de alguns tópicos da presente impugnação, levando em consideração as justificativas técnicas apresentadas.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 14588 /24

RUBRICA: [assinatura] FOLHA: 27

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela impugnante, encaminhamos os autos para análise da Douta Procuradoria quanto aspectos legais, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

ALAN FIGUEIRA
CORREA: 11574
735713

Alan F. Correa
Subsecretário de Manutenção
de Veículos Leves e Pesados
Mat. 105.871



Processo: 14.588/2024

Requerente: LSR Gonçalves

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90024 de 2024 - Processo Licitatório n. 15.745/2023

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

I - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 90071 de 2024 - Processo Licitatório n. 2898/2024, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO de empresa especializada em serviços de manutenção e fornecimento de peças de reposição, componentes e acessórios novos, com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daqueles produzidos pelos fabricantes (originais ou genuínos), para veículos de porte leve, médio, pesado e máquinas/tratores pertencentes ao Município de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação (fls. 03/12) a existência de omissão no edital quanto aos documentos atinentes à qualificação técnica dos licitantes; quanto à necessidade de licença ambiental na sede do Município Licitante; de apresentação do Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal; de registro no CTR e CREA; de alvará de funcionamento junto ao corpo de bombeiros; e existência de alvará de funcionamento vigente do Município Sede da Licitante.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 21/23, recebeu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, limitando-se a encaminhar o procedimento à Secretaria requisitante para pronunciamentos de ordem técnica e, após, à Procuradoria.

Às fls. 24/27 consta a manifestação da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, onde se verifica que foram respondidos os questionamentos aduzidos, com provimento parcial da impugnação suscitada.



Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria para manifestação jurídica.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.

§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema,



dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.

Verifica-se que o Pregoeiro recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados para pronunciamento de ordem técnica.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame, mas tão somente sobre os aspectos jurídico-legais impugnados.

Como narrado anteriormente, foram respondidos os questionamentos impugnados, tendo a Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados esclarecido os pontos suscitados e realizado as alterações que entendeu pertinentes ao caso.

Sob essa ótica, questões relativas à habilitação técnica e demonstração do atendimento de capacidades técnico-operacionais da empresa, não são, em última análise, questões jurídicas, se tratando de fato de matérias que fogem da expertise desta assessoria.

A análise de tais matérias, portanto, é incumbência do gestor, que dispõe de expertise e conhecimento para tal. A análise desta especializada, em tais casos, deverá ser no sentido de se verificar tão somente o preenchimento dos requisitos legais, e a verificação da regularidade formal do procedimento.

Nestes termos, no que tange aos requisitos legais quanto à qualificação técnica, assim



dispõe a Lei 14.133/2021:

“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta



aduz a Lei 14.133/2021 bem como em consonância com a IN n. 73/2022.

PROCESSO N° 14582
DATA 21/06/24
FOLHA 03 Rubrica P

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pelo retorno dos autos à **Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados** para ciência e manifestação de sua expertise e, após, à Comissão de Pregão I para ciência e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 20 de Junho de 2024.

Victor Valadares Beserra Figueiredo

Assessor Nível Intermediário

Subprocuradoria de Processos Administrativos

Matrícula 63.457

Carlos Eduardo V. N. de Veiga
Carlos Eduardo V. N. de Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 14588/2024

RUBRICA: 

FOLHA: 34


Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 24 de junho de 2024

Para: Licitação

Ciente do despacho de fls. 28-33, encaminho para os procedimentos de praxe

Atenciosamente,


Alan F. Correa
Subsecretário de Manutenção
de Veículos Leves e Pesados
Mat. 105.871